

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

**As principais participações societárias diretas e indiretas são:**

**a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)**

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

**b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)**

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

**c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)**

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

**d) Valepar S.A. (VALEPAR)**

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

**e) Vale S.A. (VALE)**

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia, maiores informações estão apresentadas na Nota 19.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Apresentamos as demonstrações contábeis individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos períodos. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 20 de março de 2017, data de aprovação das demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração. Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 18.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Os investimentos, com influência significativa, são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	2016	2015
- ANTARES	100,0	100,0
- BRUMADO	100,0	100,0
- MILLENNIUM	100,0	100,0

#### b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

#### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

#### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

#### e) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Quando esses títulos são alienados ou sofrerem redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, registrados no patrimônio líquido, são reconhecidos no resultado como receitas e despesas financeiras, pela alienação ou outras despesas pelo registro do valor recuperável (*impairment*). Nesta categoria, encontram-se

as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), as quais possuem direitos no recebimento de dividendos, registrados na rubrica "Receitas Operacionais", quando do seu recebimento, apresentada na Nota 15a.

#### **f) Investimentos**

As participações nos investimentos em controladas e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável – *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

#### **g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment***

##### **i. Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo financeiro exceder o seu valor recuperável.

Os critérios, que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Uma provável situação em que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda por *impairment* anteriormente reconhecida deverá ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida no resultado.

##### **ii. Ativos classificados como disponível para venda**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, também, é uma evidência de que os ativos incorrem perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment*.

#### **h) Passivos financeiros**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria, encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 9; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

#### **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 10.

#### **j) Imposto de renda e contribuição social**

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

#### **k) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

#### **l) Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

### **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES**

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

#### **Classificação e avaliação dos ativos financeiros**

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

### **Provisões e passivos contingentes**

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

## **5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016:

- No exercício de 2016, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao nosso resultado e patrimônio líquido.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. A IFRS 9 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados;
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). A IFRS 15 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018; e
- IFRS 16 – Leasing – As principais alterações em relação à IAS 17 são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. A IFRS 16 substitui a IAS 17 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

## 6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e investimentos com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

### Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

### Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

#### • Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

### Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

### Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	163	31	1.651	1.628
Fundos de investimento financeiro	59.160	32.527	437.409	376.349
<b>TOTAL</b>	<b>59.323</b>	<b>32.558</b>	<b>439.060</b>	<b>377.977</b>

## 8. INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de “Resultado de Equivalência Patrimonial” e corresponderam, na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ao resultado de R\$ 846.859 (2015 – resultado negativo de R\$ 2.422.100) e no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ao resultado de R\$ 783.504 (2015 – resultado negativo de R\$ 2.474.895).
- b) As participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações ON Possuídas (em mil)	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Em 31 de dezembro	
							2016	2015	Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
									2016	2015
ANTARES (3)	327.000	1.342.313	63.355	-	327.000	100,000	1.342.313	909.005	63.355	52.795
VALEPAR (2) (3) (4)	14.132.725	47.443.028	4.492.042	275.966	-	17,442	8.275.036	8.351.458	783.504	(2.474.895)
<b>Total</b>							<b>9.617.349</b>	<b>9.260.463</b>	<b>846.859</b>	<b>(2.422.100)</b>

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;
- (2) Investimento com influência significativa garantida por Acordo de Acionistas;
- (3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2016 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR; e
- (4) Maiores Informações na Nota 19.

- c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado

Empresa	Total dos Investimentos		Em 31 de dezembro	
			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	2016	2015	2016	2015
- VALEPAR	5.741.552	5.008.423	783.504	(2.474.895)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2)	2.533.484	3.343.035	-	-
<b>Total</b>	<b>8.275.036</b>	<b>8.351.458</b>	<b>783.504</b>	<b>(2.474.895)</b>

- (1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e
- (2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, as diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE.

## 9. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou a sexta emissão pública de 126.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.260.000, com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Os recursos, obtidos por meio da emissão das debêntures, foram destinados para a



quitação integral relativas às debêntures da série única da 5ª (quinta) emissão, cujo vencimento, também, ocorreu em 6 de julho de 2015.

A Companhia poderá realizar a amortização parcial das debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, desde que tal amortização contemple de forma proporcional todas as debêntures da série. A amortização parcial está limitada a 90% do valor nominal unitário.

A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo. Na hipótese de resgate antecipado, a Companhia deverá pagar aos debenturistas percentual adicional de 0,03%, a título de prêmio, incidente sobre o valor nominal ou o saldo do valor nominal das debêntures, bem como, a Companhia obriga-se a manter certos índices de endividamento total líquido, apurados trimestralmente, de forma consolidada. Não foi identificado nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, que gerasse o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado de debêntures a pagar correspondia a R\$ 1.548.238 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 1.347.692).

## **10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS**

### **a) Ativos contingentes**

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 11.323 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 10.827): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) – R\$ 2.453 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 2.346): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

### **b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais**

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

### **l) Provisões**

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO), em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado correspondia a R\$ 26.084 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 24.587).

No saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 6.668 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.993) está relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

## II) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante às boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS – R\$ 12.399 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 11.813): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, de novembro de 2001 até janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

## III) Movimentação das provisões e obrigações legais - fiscais

	Em 31 de dezembro	
	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
<b>Saldo no início do período</b>	<b>36.400</b>	<b>38.590</b>
Constituições líquidas de reversões	-	(4.145)
Atualização monetária	2.083	1.955
<b>Saldo no final do período</b>	<b>38.483</b>	<b>36.400</b>

### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

A BRADESPAR figura, juntamente com a Litel Participações S.A. (LITEL), no polo passivo de uma execução de sentença arbitral proposta, em outubro de 2014, pela Elétron S.A. (ELÉTRON), que tramita perante a 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Referida sentença arbitral é objeto de Ações Anulatórias em andamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na execução, a ELÉTRON postulou a entrega de 37.500.000 ações ordinárias de emissão da VALEPAR, mediante o pagamento do preço definido na sentença arbitral objeto da execução.

Após as impugnações apresentadas pela BRADESPAR e pela LITEL, a ELÉTRON pediu, em março de 2015, e obteve deferimento, a conversão da execução em pagamento por perdas e danos. Sobre essa conversão houve recurso ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), que manteve a conversão da execução, porém determinou a apuração do valor das perdas e danos por meio de perícia, que ainda não foi concluída. A BRADESPAR e a LITEL apresentaram recurso ao STJ, contra a decisão do TJ/RJ.

Ainda com base na mencionada sentença arbitral, a ELÉTRON propôs, em outubro de 2015, nova arbitragem contra a BRADESPAR e a LITEL, reclamando indenização por danos que alega ter sofrido em decorrência da oscilação do preço das ações pleiteadas. Essa nova arbitragem está na fase inicial de formação do quadro de árbitros.

A partir da análise dos processos arbitrais e judiciais acima referidos, os assessores jurídicos da BRADESPAR, consideram serem possíveis as chances de anulação da decisão arbitral, ou a comprovação da inexistência de perdas a serem indenizadas.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2016, correspondia a R\$ 250.960 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 233.308), sendo R\$ 184.841 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2015 – R\$ 171.840) e R\$ 66.119 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2015 – R\$ 61.468), consideramos ser possível a chance de êxito da BRADESPAR.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro		
	2016	2015
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
<b>Subtotal</b>	<b>349.547.945</b>	<b>349.547.945</b>
Em tesouraria (ordinárias)	(351.600)	(351.600)
Em tesouraria (preferenciais)	(1.162.300)	(1.162.300)
<b>Total em circulação</b>	<b>348.034.045</b>	<b>348.034.045</b>

### b) Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro		
	2016	2015
Reserva Legal (i)	51.667	20.200
Reserva Estatutária (ii)	401.249	-
<b>Total</b>	<b>452.916</b>	<b>20.200</b>

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

### c) Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 351.600 ações ordinárias e 1.162.300 ações preferenciais, no montante de R\$ 20.310. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON foi de R\$ 10,35, R\$ 11,57 e R\$ 12,68, e por ação PN foi de

R\$ 13,44, R\$ 13,97 e R\$ 14,38, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 12,58 por ação ON e R\$ 14,85 por ação PN.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2016, deliberou-se implementar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social. Visando à aplicação de recursos existentes em “Reservas de Lucros – Estatutária”, disponíveis para investimentos, concedeu autorização à Diretoria da Companhia para adquirir, no período de 12 de agosto de 2016 a 11 de agosto de 2017, até 10.870.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade acima mencionado.

#### **d) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos**

Em 18 de abril de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da Diretoria, atendendo ao disposto na sua “Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima”, que comunicou a seus acionistas, em 26 de fevereiro de 2016, remuneração mínima igual a zero para o ano de 2016, devido à volatilidade do mercado, que vem impactando diretamente o resultado de suas investidas.

A Administração revisou a respectiva política em vigor para torná-la compatível ao atual cenário de mercado, preservando os direitos econômicos assegurados pelo seu Estatuto Social, que garante uma distribuição mínima de 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reservas legais.

Conforme definido na “Política Indicativa de Remuneração Anual”, a distribuição de remuneração anual aos acionistas, ficará a critério do Conselho de Administração e deverá considerar os seguintes fatores e premissas:

- i) o resultado contábil e o lucro líquido apurado pela Companhia;
- ii) a geração de fluxo de caixa livre a cada exercício;
- iii) o nível de alavancagem da Companhia; e
- iv) o dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia a ser distribuído na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Em comunicado divulgado ao mercado em 22 de dezembro de 2016, a BRADESPAR, em consonância com os fluxos e com a “Política Indicativa de Remuneração Anual”, deliberou juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 37.400, sendo 0,100911902 por ação ordinária e 0,111003093 por ação preferencial, pagos em 9 de janeiro de 2017.

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRF (15%)	Valor líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,719464	0,791411	266.648	39.997	226.651
Dividendos Intermediários pagos	0,220139	0,242152	81.588	-	81.588
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>0,939603</b>	<b>1,033563</b>	<b>348.236</b>	<b>39.997</b>	<b>308.239</b>
Juros sobre capital próprio pagos <sup>(1)</sup>	0,100911	0,111003	37.400	5.610	31.790
Dividendos provisionados	0,429569	0,472526	159.207	-	159.207
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>0,530480</b>	<b>0,583529</b>	<b>196.607</b>	<b>5.610</b>	<b>190.997</b>

(1) Pagos em 9 de janeiro de 2017.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2016, está demonstrado a seguir:

	R\$	% (1)
Lucro líquido do exercício	629.323	
(-) Reserva legal	(31.466)	
<b>Base de cálculo ajustada</b>	<b>597.857</b>	
Juros sobre o capital próprio pagos <sup>(2)</sup>	37.400	
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(5.610)	
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido)</b>	<b>31.790</b>	
Dividendos provisionados	159.207	
<b>Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2016</b>	<b>190.997</b>	<b>31,95</b>

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada; e

(2) Pagos em 9 de janeiro de 2017.

## 12. TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

### I) Controladora

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 178.810 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 160.457), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.
- b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)</b>	<b>629.323</b>	<b>(2.590.301)</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(213.970)	880.702
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas e investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	287.932	(823.514)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(662)	(650)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(17.127)	(56.338)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	12.716	90.661
Créditos tributários e outros	(68.889)	(90.861)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 540.817 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 471.779). Com perspectiva de realização parcial dependente de eventos subsequentes (Nota 18).

### II) Consolidado

- a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 185.971 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 167.268), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)</b>	<b>649.874</b>	<b>(2.577.557)</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(220.957)	876.369
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	266.391	(841.464)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(906)	8.442
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(17.127)	(56.338)
Dividendos recebidos	7.629	-
Juros sobre o capital próprio	12.716	90.661
Créditos tributários e outros	(68.297)	(90.414)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(20.551)</b>	<b>(12.744)</b>

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 578.875 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 509.903). Com perspectiva de realização parcial dependente de eventos subsequentes (Nota 18).

### 13. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	3.934	4.671	51.295	42.125
Juros sobre impostos a recuperar	16.839	15.838	17.183	16.153
Outras	1.916	6.514	2.137	7.193
	<b>22.689</b>	<b>27.023</b>	<b>70.615</b>	<b>65.471</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Despesas com juros de debêntures	(200.006)	(164.404)	(200.006)	(164.404)
Juros sobre provisões de obrigações fiscais	(2.084)	(1.927)	(2.615)	(2.111)
Variação monetária de contrato de mútuo	(17.857)	(2.190)	-	-
	<b>(219.947)</b>	<b>(168.521)</b>	<b>(202.621)</b>	<b>(166.515)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(197.258)</b>	<b>(141.498)</b>	<b>(132.006)</b>	<b>(101.044)</b>

### 14. PARTES RELACIONADAS

- l) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

**a) Controladora**

	Controlada (1)		Investimento com influência significativa (2)		Em 31 de dezembro	
					Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>						
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	602	-	5.445	-	6.047	-
<b>Passivo Não Circulante</b>						
Outras obrigações (Nota 17a)	(145.399)	(127.542)	-	-	(145.399)	(127.542)

(1) Antares e Brumado; e

(2) Valepar.

	Controlada (1)		Investimento com influência significativa (2)		Exercício findo em 31 de dezembro	
					Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita de juros sobre capital próprio	-	-	50.375	165.699	50.375	165.699
Despesas financeiras	(17.857)	(2.190)	-	-	(17.857)	(2.190)

(1) Brumado; e

(2) Valepar.

**b) Consolidado**

	Controlada (1)		Investimento com influência significativa (2)		Em 31 de dezembro	
					Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>						
Juros sobre capital próprio	-	-	5.445	-	5.445	-

(1) Antares e Brumado; e

(2) Valepar.

	Controlada (1)		Investimento com influência significativa (2)		Exercício findo em 31 de dezembro	
					Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita de juros sobre capital próprio	-	-	50.375	165.699	50.375	165.699
Juros de ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	26.508	-	26.508

(1) Antares e Brumado; e

(2) Valepar.

**II) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.700 (2015 – R\$ 2.000) para remuneração dos Administradores e o limite de R\$ 1.500 (2015 – R\$ 2.000) para previdência privada.

**Benefícios de curto prazo a administradores**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Proventos	2.535	2.000
<b>Total</b>	<b>2.535</b>	<b>2.000</b>

**Obrigações de aposentadoria**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.365	1.072

**Outros benefícios**

A BRADESPAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

**Participação acionária**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
• Ações ordinárias	0,3599%	0,3599%
• Ações preferenciais	0,4686%	0,4408%
• <b>Total de Ações</b>	<b>0,4306%</b>	<b>0,4124%</b>

**15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	59.323	-	59.323	439.060	-	439.060
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	1.353.180	1.353.180
<b>Total dos Ativos</b>	<b>59.323</b>	<b>-</b>	<b>59.323</b>	<b>439.060</b>	<b>1.353.180</b>	<b>1.792.240</b>

	Em 31 de dezembro de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures a pagar	1.548.238	-	1.548.238	1.548.238	-	1.548.238
Outras obrigações	25.563	-	25.563	25.688	-	25.688
<b>Total dos Passivos</b>	<b>1.573.801</b>	<b>-</b>	<b>1.573.801</b>	<b>1.573.926</b>	<b>-</b>	<b>1.573.926</b>



	Em 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	32.558	-	32.558	377.977	-	377.977
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	791.734	791.734
<b>Total dos Ativos</b>	<b>32.558</b>	<b>-</b>	<b>32.558</b>	<b>377.977</b>	<b>791.734</b>	<b>1.169.711</b>

	Em 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures a pagar	1.347.692	-	1.347.692	1.347.692	-	1.347.692
Outras obrigações	25.723	-	25.723	25.723	-	25.723
<b>Total dos Passivos</b>	<b>1.373.415</b>	<b>-</b>	<b>1.373.415</b>	<b>1.373.415</b>	<b>-</b>	<b>1.373.415</b>

#### a) Ativos financeiros

O principal ativo financeiro, registrado em contas patrimoniais, refere-se aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 1.353.180 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 791.734) e mais valia no valor de R\$ 1.280.035 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 718.589), conforme critério de cotação que melhor reflete o valor de mercado (Nota 18a). Os investimentos na CPFL Energia são classificados em títulos disponíveis para venda pelo valor justo, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

#### b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

Demonstramos a seguir o fluxo de caixa contratual a pagar, não descontado, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, demonstrado pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial:

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>			
Debêntures a pagar	-	1.896.223	1.896.223
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>			
Debêntures a pagar	-	1.911.104	1.911.104

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

### c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(26)	(8.498)	(16.701)	(21)	(7.857)	(15.412)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(13.478)	(336.958)	(673.916)	(7.917)	(197.933)	(395.867)
<b>Total sem Correlação</b>		<b>(13.504)</b>	<b>(345.456)</b>	<b>(690.617)</b>	<b>(7.938)</b>	<b>(205.790)</b>	<b>(411.279)</b>
<b>Total com Correlação</b>		<b>(13.478)</b>	<b>(337.182)</b>	<b>(674.353)</b>	<b>(7.928)</b>	<b>(202.197)</b>	<b>(404.226)</b>

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi aplicado um cenário de 11,55%;

**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 14,42%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

**Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 17,30%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

## 16. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem os títulos disponíveis para venda negociados em um mercado ativo;

**Nível 2:** Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2, que não derivam de uma cotação pública direta, incluem as debêntures e suas valorizações considerando o risco de crédito, que não necessitam de premissas internas subjetivas na determinação do valor justo; e

**Nível 3:** Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2016	
	<b>Consolidado <sup>(1)</sup></b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Nível 1</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Títulos disponíveis para venda	1.353.180	1.353.180
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.353.180</b>	<b>1.353.180</b>

	Em 31 de dezembro de 2015	
	<b>Consolidado <sup>(1)</sup></b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Nível 1</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Títulos disponíveis para venda	791.734	791.734
<b>Total dos Ativos</b>	<b>791.734</b>	<b>791.734</b>

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

## 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os saldos dos Valores a Receber, em 31 de dezembro de 2016, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 6.047 e R\$ 17.093, respectivamente, referem-se, aos juros sobre capital próprio da VALEPAR e dividendos da CPFL Energia;
- No Passivo Circulante as Outras Obrigações na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 26.761 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 26.787) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas; e no Passivo não Circulante as Outras Obrigações na Controladora, refere-se ao contrato de mútuo firmado com sua controlada indireta BRUMADO, no montante de R\$ 145.399 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 127.542), com vencimento para 30 de março de 2018, acrescidos da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A Companhia, a seu critério, poderá antecipar total ou parcialmente a liquidação, sem prejuízo das condições estabelecidas; e
- Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se à Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.774 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 3.691) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 9.659 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.585). No Consolidado, refere-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.774 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 3.691) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 10.393 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.885).

## 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em janeiro de 2017, a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, correspondência recebida da State Grid Brazil Power Participações Ltda. (“State Grid Brazil”), sobre a aquisição de participação societária, entre os quais destacamos:
  - Fechamento e Ações Adquiridas: Na presente data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações, datado de 2 de setembro de 2016. Como resultado, a State Grid Brazil adquiriu das vendedoras, diretamente ou indiretamente (através da aquisição de ações representativas de 100% do capital social da ESC Energia S.A.) 556.164.817 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, representativas de aproximadamente 54,64% de seu capital votante e total. Em razão do fechamento, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia;

- ii) Preço por Ação da CPFL Energia: O preço total pago à vista e em moeda corrente nacional para a aquisição direta e indireta das ações de emissão da CPFL Energia foi de R\$ 25,51 por ação de emissão da CPFL Energia;
  - iii) OPAs por Alienação de Controle: a State Grid Brazil deverá realizar uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia, que serão lançadas após seu registro perante à CVM; e
  - iv) Preço das OPAs por Alienação de Controle: o preço da OPA por Alienação de Controle da CPFL Energia será de R\$ 25,51 por ação de emissão da CPFL Energia, correspondente ao preço por ação da CPFL Energia pago a cada uma das vendedoras, acrescido de juros à taxa Selic desde a data do Fechamento até a data da liquidação financeira da OPA por Alienação de Controle da CPFL Energia, a ser pago à vista e em moeda corrente nacional.
- b) Em fevereiro de 2017, a Bradespar comunicou aos seus acionistas e ao mercado, que celebrou, juntamente com Litel Participações S.A., Litela Participações S.A., Mitsui & Co., Ltd. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, na qualidade de acionistas da VALEPAR, um novo Acordo de Acionistas da VALEPAR (“Acordo VALEPAR”), que vigorará somente, após o término da vigência do atual Acordo de Acionistas da VALEPAR, ou seja, a partir de 10 de maio de 2017. O Acordo VALEPAR, além das regras comuns relativas a voto e direito de preferência na aquisição de ações dos signatários, dispõe sobre a apresentação, pelos signatários, de uma proposta à VALE, com o objetivo de viabilizar a listagem da VALE no segmento especial do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a transformá-la em uma sociedade sem controle definido (“Proposta”). A Proposta tem caráter vinculante para os signatários do Acordo VALEPAR, e fica sujeita à aprovação dos órgãos societários da VALE.

A operação contemplada pela Proposta é constituída por uma série de etapas, sendo a eficácia de cada uma condicionada à exitosa realização das demais. Dentre os implementos da Proposta está a aprovação da incorporação da VALEPAR pela VALE pelos órgãos societários da VALEPAR e da VALE.

O Acordo VALEPAR terá prazo de seis meses, a contar do início de sua vigência ou até a data de aprovação da incorporação da VALEPAR pela VALE em Assembleia Geral, o que ocorrer primeiro. Concomitantemente, a VALE divulgou sobre a celebração do novo acordo de acionistas, contendo detalhes específicos da Proposta.

- c) Em 20 de março de 2017, foi firmado entre a Bradespar S.A. e suas controladas, Instrumentos de Protocolo e Justificação de Incorporação, por meio dos quais serão submetidos à apreciação e à deliberação dos acionistas das Sociedades, em Assembleias Gerais a serem realizadas em 27 de abril de 2017, as operações de incorporação, com as conseqüentes extinções das sociedades incorporadas.

As incorporações visam a promover a reorganização societária, objetivando a consolidação e racionalização das empresas, centralização de ativos e passivos na Bradespar, simplificação da estrutura societária, com conseqüente eliminação e/ou redução de custos financeiros, operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção das empresas.

As operações de incorporações das controladas, não resultará em aumento do Capital Social ou alteração da quantidade de ações de emissão da Bradespar.

## 19. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS INVESTIMENTOS COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado divulgado pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL				
	VALE		VALEPAR	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>ATIVO</b>				
Circulante	73.547.191	60.417.700	914.260	11.118
Não Circulante:				
Realizável a Longo Prazo	34.092.439	41.601.648	2.857.152	2.679.243
Investimentos	12.046.204	11.481.466	45.954.891	47.275.894
Imobilizado	180.615.914	211.259.131	-	-
Intangível	22.394.406	20.789.490	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>322.696.154</b>	<b>345.549.435</b>	<b>49.726.303</b>	<b>49.966.255</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Circulante	36.609.497	41.182.018	60.937	2.705
Não Circulante	152.384.918	164.947.827	2.222.338	2.082.374
Patrimônio Líquido	133.701.739	139.419.590	47.443.028	47.881.176
<b>TOTAL</b>	<b>322.696.154</b>	<b>345.549.435</b>	<b>49.726.303</b>	<b>49.966.255</b>
Participação - Direta e Indireta		5,88%		17,44%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	VALE		VALEPAR	
	2016	2015 <sup>(1)</sup>	2016	2015
Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços	94.633.264	78.057.424	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(61.143.430)	(62.779.234)	-	-
<b>Resultado Bruto</b>	<b>33.489.834</b>	<b>15.278.190</b>	-	-
Receitas/(Despesas) Operacionais	(9.528.115)	(40.943.758)	(31.891)	537.725
Resultado Financeiro Líquido	1.949.222	(37.484.064)	38.759	58.952
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.111.015	(1.525.730)	4.486.187	(14.900.259)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>27.021.956</b>	<b>(64.675.362)</b>	<b>4.493.055</b>	<b>(14.303.582)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.566.080)	19.339.041	(1.013)	(33.579)
<b>Resultado Líquido de Operações Continuadas</b>	<b>17.455.876</b>	<b>(45.336.321)</b>	-	-
<b>Resultado Líquido de Operações Descontinuadas</b>	<b>(4.159.380)</b>	<b>(660.301)</b>	-	-
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>13.296.496</b>	<b>(45.996.622)</b>	<b>4.492.042</b>	<b>(14.337.161)</b>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.311.455	(44.212.187)	-	-
Atribuído a Sócios Não Controladores	(14.959)	(1.784.435)	-	-

(1) As informações do exercício de 2015 foram reapresentadas, para efeito da aplicação do IFRS 5, nos ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas, após aprovação pelo Conselho da Administração.

Em 2016, o lucro da VALE decorreu, principalmente, por:

- ganhos nas variações cambiais e monetárias, no montante de R\$ 10,8 bilhões (2015 – negativo de R\$ 25,5 bilhões); e

- *impairment* registrados em 2016 de ativos, no montante de R\$ 10,2 bilhões (2015 – R\$ 34,5 bilhões), basicamente, nos segmentos de níquel, carvão e minério de ferro.

## Acordo da Samarco e governos federal e estaduais é homologado pela justiça

Conforme divulgado pela VALE, o Tribunal Regional Federal da 1ª região homologou, em maio de 2016, o acordo assinado entre a Samarco, suas controladoras, VALE e BHP Billiton, as autoridades federais e estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo e outros entes governamentais para a recuperação das áreas afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Esse documento elenca 41 programas socioambientais e socioeconômicos que permitirão que as condições da área afetada voltem às existentes antes do rompimento. Traz compromissos claros, define prazos para apresentação e execução de projetos e fixa regras de transparência e prestação de contas das atividades. Todos os projetos são acompanhados pelas populações afetadas, havendo auditorias externas e será criada uma ouvidoria para atender os cidadãos. Define, também, a criação de uma fundação de direito privado, que será responsável pela execução de todos os projetos necessários. Em junho de 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu liminar, suspendendo a decisão do TRF, que homologou o acordo até o julgamento definitivo da reclamação, restaurou-se a ação civil pública, antes suspensa em razão do acordo. Em agosto de 2016, o TRF da 1ª região negou provimento aos agravos de instrumento interpostos por Samarco, VALE e BHPB contra a mencionada liminar e declarou nula a decisão que homologou o Termo de Acordo Judicial. A liminar mantida pelo TRF da 1ª região determinou, a proibição das Rés em transferir suas concessões minerárias, sem, contudo, limitar suas atividades de produção e comercialização. O acordo continua válido entre as partes, que continuarão a cumprir as obrigações nele previstas, estando apenas a sua homologação judicial suspensa.

A Samarco havia estimado, para o último trimestre de 2016, a retomada de suas operações, no entanto, em função do atual andamento dos procedimentos necessários e das complexidades associadas à aprovação do licenciamento pelos órgãos governamentais, a Samarco não consegue estimar com segurança o tempo em que suas operações serão retomadas. Diante deste cenário, a VALE reconheceu em suas demonstrações contábeis intermediárias de junho de 2016, uma provisão no valor de R\$ 3.733 milhões, que equivale a melhor estimativa de sua obrigação relacionada ao Acordo.

A Samarco está transferindo, gradativamente, os programas de reparação previstos no acordo à fundação, denominada “Fundação Renova”, que iniciou as suas operações em agosto de 2016. Foram alocados a importância de R\$ 461 milhões, descontados da provisão de R\$ 3.733 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão é de R\$ 3.511 milhões, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	Em R\$ milhões
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2016</b>	-
Constituição da provisão	3.733
Pagamentos efetuados	(461)
Juros apropriados	239
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.511</b>

A VALE reavaliará a cada data de apresentação de suas demonstrações contábeis, as premissas chaves utilizadas pela Samarco e eventuais alterações serão refletidas na respectiva provisão, quando aplicável.

E conforme divulgado pela VALE, segundo a legislação brasileira e os termos do acordo da *joint venture*, a VALE não tem a obrigação de prover recursos a Samarco. Adicionalmente, a VALE não recebeu nenhum pedido de assistência financeira da Samarco. Como consequência, o investimento da VALE na Samarco foi reduzido para zero e nenhum passivo foi registrado nas demonstrações contábeis da VALE. O impacto contábil de qualquer pedido de assistência financeira será determinado quando este ocorrer.

Em janeiro de 2017, a Samarco, a VALE e a BHPB celebraram dois Termos de Ajustamento Preliminar com o Ministério Público Federal (“MPF”).

O primeiro Termo de Ajustamento Preliminar tem o objetivo definir os procedimentos e o cronograma de negociações para a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta Final (“Termo Final”), previsto para ocorrer até 30 de junho de 2017 (“Primeiro Termo”). Este Primeiro Termo cria as bases para a conciliação em torno de duas ações civis públicas que buscam estabelecer reparações e

compensações socioeconômicas e socioambientais para os impactos do rompimento da barragem de Fundão, ajuizada pela União, pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e outras autoridades governamentais. Ambas as ações tramitam na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte.

O Primeiro Termo prevê: (a) a contratação de “experts” escolhidos pelo MPF e pagos pelas empresas para fazer o diagnóstico e acompanhar o andamento dos 41 programas do Acordo firmado em 2 de março de 2016 entre as empresas, os governos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais autoridades governamentais; e (b) a realização de pelo menos 11 (onze) audiências públicas até 15 de abril de 2017, sendo 5 (cinco) em Minas Gerais, 3 (três) no Espírito Santo, e as demais nas terras indígenas de Krenak, Comboios e Caieiras Velhas, com o objetivo de permitir a participação das comunidades na definição do conteúdo do Termo Final e também o compromisso da Samarco, da VALE e da BHPB em dar ao juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte garantia para o cumprimento das obrigações de custeio e financiamento dos programas de reparação socioambiental e socioeconômica decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, previstos nas duas ações civis públicas mencionadas, até a celebração do Termo Final. A apresentação da referida garantia vigorará até a conclusão das negociações e assinatura do Termo Final ou até 30 de junho de 2017, o que ocorrer primeiro.

Adicionalmente, foi celebrado um segundo Termo Preliminar (“Segundo Termo”), o qual estabelece cronograma para a disponibilização de recursos para programas de reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão nos municípios de Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova.

Em março de 2017, a VALE informa que a 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais homologou, parcialmente, o TAP celebrado pela Samarco, e suas controladoras, a VALE e BHPB, com o MPF, que estabelece procedimentos e cronograma para celebração de acordo final, a contratação de empresas especializadas para assessoria técnica ao MPF e oferta de determinadas garantias.

A decisão da 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais, homologou a contratação de empresas especializadas para o diagnóstico socioambiental (LACTEC) e avaliação dos programas socioambientais e socioeconômicos previstos no acordo de março de 2016 (RAMBOL) e estabeleceu um prazo de 60 dias para contratação de empresa de diagnóstico socioeconômico, bem como determinou reunião e suspensão de processos conexos, com objetivo de evitar decisões contraditórias ou conflitantes, trazendo uma unidade processual para viabilizar a negociação de um acordo final, e aceitou temporariamente as garantias oferecidas pela Samarco e suas controladoras, nos termos do TAP. Todos os programas no âmbito do acordo celebrado entre as empresas e as autoridades governamentais, em março de 2016, continuam sendo válidos e implementados.

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações junto à CVM. Desta forma, informações detalhadas sobre a VALE em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser obtidas diretamente junto à CVM, através do site [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

## ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente**

Lázaro de Mello Brandão

#### **Vice-Presidente**

Luiz Carlos Trabuço Cappi

#### **Membros**

Denise Aguiar Alvarez

João Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

Eduardo Parente Menezes

#### **Diretoria**

##### **Diretor-Presidente**

Fernando Jorge Buso Gomes

##### **Diretor**

Johan Albino Ribeiro

### **Conselho Fiscal**

#### **Efetivos**

Ariovaldo Pereira

João Batista de Moraes

Marcos Antônio Martins

Walter Luis Bernardes Albertoni

Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

#### **Suplentes**

Clayton Neves Xavier

Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Vicente Carmo Santo

Mário Luna

Cid de Oliveira Guimarães  
Contador - CRC 1SP218369/O-0